

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL**  
**CPI/04/DGE/2022 - PREDEP 35663/2022 (PROC. 4586/2022)**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**Produção de recursos e conteúdos educativos digitais**  
**“Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta”**  
**(Classificação CPV: 48190000-6 Pacote de software para ensino - JA06-6 Para desenvolvimento, FA01-6 - Para fins didáticos)**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**

Identificação e objeto do procedimento

1. O presente concurso público, com publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tem por objeto a escolha do adjudicatário para a celebração de contrato com vista à produção de recursos e conteúdos educativos digitais - “Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta”, nos termos e condições previstas no caderno de encargos (CPV: 48190000-6 Pacote de software para ensino - JA06-6 Para desenvolvimento, FA01-6 - Para fins didáticos).
2. O presente procedimento rege-se pelo disposto no programa do procedimento, no caderno de encargos e respetivos anexos, bem como pelo disposto em quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente os eventuais esclarecimentos e retificações que venham a ser realizados.
3. O presente procedimento segue a tramitação prevista nos artigos 131.º e seguintes do CCP, na sua atual redação.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Direção-Geral da Educação, pessoa coletiva n.º 600084809, com sede em Lisboa, na Avenida 24 de Julho, n.º 140, 1399-025, abreviadamente designada por DGE e devidamente representada por José Victor dos Santos Duarte Pedroso, na qualidade de Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação, com poderes para o ato, conforme resulta do Despacho n.º 597/2019, de 27 de dezembro de 2018, publicado na 2.<sup>a</sup> Série do Diário da República n.º 8, de 11 de janeiro de 2019.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### Órgão que tomou a decisão de contratar

As decisões de autorização de despesa e de contratar foram tomadas pelo Diretor-Geral da Educação, José Vítor Pedroso, no uso de competências próprias conforme Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho de 2021, e de acordo com a autorização concedida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2022, de 5 de maio, publicada no Diário da República n.º 96, 1.<sup>a</sup> série, de 18 de maio.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Plataforma eletrónica

1. O presente Concurso é totalmente tramitado eletronicamente, pela plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, doravante designada “Plataforma”, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Os interessados poderão obter as cópias das peças do procedimento, de forma gratuita, através da Plataforma.
3. Para ter acesso à plataforma eletrónica, cada interessado deve efetuar o respetivo registo, sendo este gratuito nos termos do n.º 2 do artigo 23.º e do n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### Júri do Concurso

1. O Júri do Concurso é composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
2. O Júri do Concurso inicia as suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
3. Ao Júri do Concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não esteja reservada à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios preliminar e finais.
4. O Júri do Concurso pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

5. Nos termos, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é nomeado o júri como responsável pela direção do procedimento.

### Cláusula 6.ª

#### Esclarecimentos, erros ou omissões e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do Concurso, devendo os interessados apresentar os seus pedidos de esclarecimento, por escrito, até às 23:59 do dia em que termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e/ou as omissões detetados no caderno de encargos, relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, com exceção dos referidos na alínea d) do mesmo normativo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
3. O pedido de esclarecimento e a lista de erros e omissões, devem ser apresentados por escrito, através da Plataforma.
4. Os esclarecimentos são prestados pelo Júri do Concurso, por escrito, através da Plataforma, até às 23:59 do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
5. A falta de cumprimento, por qualquer motivo, do prazo referido no número anterior, implica a prorrogação do prazo para a apresentação da proposta de acordo com as regras de prorrogação previstas no artigo 64.º do CCP.
6. No mesmo prazo previsto no n.º 4, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, indicando os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
7. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º, n.º 2, do CCP.
8. Caso as retificações operadas ou a aceitação de erros ou omissões impliquem a alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde

o início daquele prazo até à publicitação da decisão de retificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
10. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
11. As prorrogações do prazo fixado para a apresentação das propostas aproveitam a todos os interessados, sendo publicitadas nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Impedimentos**

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP implica a exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo Código.
3. No caso dos agrupamentos, a verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Concorrentes**

1. Podem ser concorrentes ao presente concurso pessoas singulares e coletivas, nacionais ou estrangeiras, e ainda agrupamentos de pessoas singulares e/ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação.
2. Os concorrentes que sejam agrupamentos de empresas, devem observar as seguintes condições:
  - a) Os membros do agrupamento não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
  - b) Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo os seus membros indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e a esta dar

quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

3. Os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da sua proposta.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Modo e prazo de apresentação das propostas**

1. A proposta, bem como os documentos que a integram, deve ser apresentada na Plataforma até às 23:59 do 30.º dia a contar da data do envio, para publicação, desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. O prazo para apresentação das propostas é contado em dias corridos, nos termos do artigo 470.º do CCP.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Os interessados devem prever o tempo necessário para a introdução, com registo concluído na Plataforma, das propostas e todos os documentos que as acompanham e respetivas assinaturas digitais, até à hora e dia acima indicados.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Documentos integrantes da proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, elementos e conteúdos, sob pena de exclusão da proposta:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato PDF e em formato XML, consta do Anexo III ao presente Programa do Procedimento;
  - b) Documento do qual conste o preço total proposto para a execução integral do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
  - c) Memória descritiva do RED, em conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos:
    - i. Os cenários e os percursos do RED “Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta” terão de estar fundamentados nas principais teorias da aprendizagem existentes, e consubstanciados em bases didáticas sólidas, específicas das disciplinas envolvidas. O conceito de RED explicitado no caderno de encargos e respetivas características, têm de estar plenamente incorporados e ser observáveis na memória descritiva do RED a apresentar.
    - ii. Apresentar de forma descritiva as principais técnicas de produção de conteúdos multimédia que irão ser utilizadas no desenvolvimento do RED (por exemplo,

descrição dos conteúdos de vídeo e de imagem e indicação sobre se serão originais ou obtidos em bancos que os disponibilizam), bem como os mecanismos de interação previstos.

- iii. Terá de ser apresentada num documento descritivo, tendo por base as AE descritas nos pontos F e G da parte II do caderno de encargos e o conceito de RED e as principais características deste, descritas no ponto E do caderno de encargos.
- iv. Devem ser identificados os principais subtemas dentro do Tema “Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta” e, para cada subtema, indicadas as principais atividades e tipologia das mesmas (atividades simples de leitura, observação de imagens, visionamento de vídeos, atividades complexas que estimulam a reflexão e a colaboração e as atividades que exigem feedback, entre outras) que o RED irá proporcionar em função dos diferentes subtemas a abordar. Devem ser descritos os cenários de aprendizagem previstos, de acordo com o seguinte quadro:

<b>Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta (Tema principal do RED)</b>	
<b>Subtema</b> Indicar o Subtema do RED	
<b>Duração estimada</b> Indicar em minutos a duração prevista para a realização desta(s) atividades e/ou desafios	
<b>AE envolvidas / Disciplina</b> Indicar as AE a incluir, que constam no ponto F da parte II do caderno de encargos, e respetivas disciplinas	
<b>Cruzamento das AE / Disciplina</b> Indicar as AE que constam no ponto G da parte II do caderno de encargos e respetivas disciplinas	
<b>Palavras-Chave</b> Indicar quais palavras-chave relacionadas com o subtema	
<b>Áreas de competência do PA (Ponto E da parte II do caderno de encargos)</b> Indicar quais as áreas de competência do PA tratadas A - Linguagens e textos B - Informação e comunicação C - Raciocínio e resolução de problemas D - Pensamento Crítico e pensamento criativo E - Desenvolvimento pessoal e autonomia F - Bem-estar, saúde e ambiente G - Saber científico técnico e tecnológico H - Consciência e domínio do corpo	
<b>Narrativa do cenário de aprendizagem (Contexto, ambiente, área/domínio de conhecimento)</b> Descrever o cenário de aprendizagem como uma situação de ensino e aprendizagem, imaginada ou real, descrevendo o contexto em que a aprendizagem acontece, o ambiente em que esta se desenvolve, circunscrito por fatores relacionados com o tema/domínio de	

<b>Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta (Tema principal do RED)</b>	
conhecimento, e os papéis desempenhados pelos diferentes atores, organizados num dado enredo.	
<b>Tipologia de Atividades e/ou desafios</b> Descrever as diferentes atividades e desafios como uma estrutura coordenada e sequencial de eventos que tem um desfecho e que permite criar, sempre que se justifique, outro cenário de aprendizagem (outro subtema), com outro conjunto de atividades e/ou desafios.	
<b>Ferramentas e recursos</b> Descrever as ferramentas tecnológicas e digitais que irão ser utilizadas e os recursos necessários a alocar; descrever como é que vão ser integrados e apresentar fundamentação para a seleção.	
<b>Mecanismos de <i>feedback</i></b> Tipo de <i>feedback</i> dado ao aluno e ferramentas a implementar para a execução desse <i>feedback</i>	

*Deve ser repetido o quadro por cada subtema*

- d) Constituição da equipa técnica, em conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos:
- i. Para cada elemento da equipa técnica a afetar ao projeto, deverá ser preenchido o seguinte quadro:

Nome	
Gestão do Projeto/Áreas	
Função	
N.º de horas mensais a afetar	
Habilitação académica	
Anos de experiência comprovada	

*Deve ser repetido o quadro por cada elemento a afetar ao projeto*

- ii. Apresentação do *Curriculum Vitae* atualizado de cada elemento, tendo por base o modelo *Europass*;
- iii. Apresentação de cópias de documentos que comprovem a habilitação académica de cada elemento;
- iv. Apresentação de Portefólio atualizado, de cada elemento, contendo o acesso aos recursos digitais nos quais tenha participado e/ou a indicação de estudos/

projetos/ maquetes/ trabalhos em que tenha participado (o seu nome terá de constar na respetiva ficha técnica). Para este ponto deverá ser preenchido o seguinte quadro:

Nome:		
Designação do recurso digital/ estudos/ projetos/ maquetes/ trabalhos	Breve descrição	Acesso à ficha técnica (link, ...)

*Deve ser repetido o quadro por cada elemento a afetar ao projeto*

e) Constituição da equipa de validação, em conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos:

- i. Apresentação do *Curriculum Vitae* atualizado de cada elemento, tendo por base o modelo *Europass*;
- ii. Apresentação de cópias de documentos que comprovem a habilitação académica de cada elemento
- iii. Apresentação de Portefólio atualizado, de cada elemento, contendo o acesso aos recursos digitais nos quais tenha participado e/ou a indicação de estudos/ projetos/ maquetes/ trabalhos onde tenha participado (o seu nome terá de constar na respetiva ficha técnica). Para este ponto deverá ser preenchido o seguinte quadro:

Nome:		
Designação do recurso digital/ estudos/ projetos/ maquetes/ trabalhos	Breve descrição	Acesso à ficha técnica (link, ...)

*Deve ser repetido o quadro por cada elemento a afetar ao projeto*

- f) Quaisquer outros documentos que o concorrente entenda apresentar, por os considerar indispensáveis para apresentação da sua proposta.
2. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço apresentado acresce IVA, indicando a taxa aplicável, se for o caso;

3. No caso de o concorrente ser um agrupamento, a proposta deve ainda ser acompanhada dos seguintes documentos, sob pena de exclusão da proposta:
  - a) Documento de designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento;
  - b) Declaração de compromisso de constituição de consórcio externo, em caso de adjudicação, em regime de responsabilidade solidária;
  - c) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1, por cada membro do agrupamento.
4. Os documentos que constituem a proposta são, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP, obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, serão acompanhados da devida tradução legalizada.
5. Os documentos que integram a proposta devem ser assinados eletronicamente, designadamente nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
7. Se a assinatura eletrónica qualificada não permitir relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente, devem ser apresentados com a proposta os documentos que permitam verificar essa relação (e.g. certidões de registo comercial, procurações).

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de sessenta e seis (66) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Propostas variantes**

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Não adjudicação por lotes**

Cada RED é considerado técnica e funcionalmente incindível, pois cada um tem uma unidade constitutiva e funcional que deve ser preservada.

A interdependência entre a técnica pedagógica e as atividades que os alunos terão de resolver e desenvolver no RED (realização de jogos, visionamento de vídeos, resolução de quebra-cabeças, respostas a questões, realização de atividades em laboratórios virtuais, etc.), impede a sua separação, uma vez que, as várias partes que constituem o todo, concorrem para as aprendizagens essenciais que se pretende que os alunos desenvolvam com a utilização do recurso, não podendo nenhuma delas ser autonomizada pois tal comprometeria a sua intencionalidade pedagógica, ou seja, as aprendizagens a realizar pelo aluno.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Critério de adjudicação**

1. O critério de adjudicação é multifatorial, nos termos do modelo de avaliação constante do Anexo I ao Programa do Procedimento.
2. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
3. Em caso de empate, o critério de desempate adotado será:
  - a) Pontuação mais elevada no fator Memória Descritiva do RED;
  - b) Número de elementos da equipa técnica com habilitação ao nível de Doutoramento nas suas áreas;
  - c) Número de elementos da equipa técnica com experiência comprovada nas suas áreas de mais de 10 (dez) anos;
  - d) Se ainda assim persistir o empate, será realizado um sorteio em data, hora e local a estabelecer pela entidade adjudicante e a comunicar com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final**

1. O Júri elaborará um relatório preliminar fundamentado de análise e avaliação das propostas, debruçando-se sobre o mérito das propostas avaliadas e ordenando-as de forma decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.
2. No relatório referido no número anterior, o Júri deverá também propor, fundamentadamente, quando aplicável, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.
3. De acordo com o artigo 147.º do CCP, elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, concedendo o prazo de 5 (cinco) dias para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

4. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.
5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 148.º, n.º 2, do CCP.

#### Cláusula 16.ª

##### Adjudicação e documentos de habilitação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar, ou em quem este tenha delegado, caso concorde com o relatório final do Júri do Concurso, procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.
2. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou em quem este tenha delegado, em simultâneo com a decisão de adjudicação, sendo notificada ao adjudicatário.
3. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
4. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar na plataforma referida no artigo 4.º os seguintes documentos:
  - a) Documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
    - (i) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (reproduzida como Anexo II ao presente Programa do Procedimento);
    - (ii) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do artigo 55.º do CCP.
  - b) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (doravante “Declaração RCBE”), nos termos do disposto nos artigos 37.º e 38.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável.

5. Caso o adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 4 devem ser apresentados por todos os seus membros.
6. Caso o adjudicatário revista a forma de agrupamento, devem ainda ser apresentados documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o Chefe do Consórcio.
7. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o adjudicatário declare a respetiva prevalência sobre os originais.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No caso de na ordem jurídica do país de origem do adjudicatário não existir documento idêntico a algum dos solicitados, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa, ou outra autoridade competente do país de origem, em como o documento em causa não é emitido por esse Estado.
10. Quando os documentos mencionados na alínea a), ii), do n.º 4 se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação ou reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
11. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa aos documentos referidos na alínea anterior, é dispensada a sua apresentação ou a indicação prevista no número anterior.
12. A entidade adjudicante concede ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias para suprimir as irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua atual redação.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida prestação de caução ao adjudicatário.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Contrato**

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos dos artigos 94.º e seguintes do CCP.
2. Após a aceitação da minuta do Contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, no prazo determinado pela entidade adjudicante e com respeito pelo disposto no artigo 104.º do mesmo Código, o contrato será celebrado através da aposição de assinaturas eletrónicas.
3. A celebração do contrato é publicitada nos termos previstos no artigo 465.º do CCP.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

#### **Encargos dos concorrentes**

1. São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. São ainda da responsabilidade do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que o presente programa for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

O Diretor-Geral da Educação

Anexos:

Anexo I - Modelo de avaliação de propostas

Anexo II - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

Anexo III - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

## ANEXO I

### MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão analisadas em função dos seguintes fatores e subfatores:

Fator	Subfator	Ponderação
Preço	<b>P: Preço</b> , avaliado de acordo com a fórmula descrita no ponto 1 do presente anexo	15%
Equipa técnica	<b>ET: Equipa técnica</b> , avaliado de acordo com a média aritmética descrita no ponto 2 do presente anexo	40%
Memória descritiva do RED	<b>MD: Memória descritiva do RED</b> , avaliada de acordo com a média aritmética descrita no ponto 3 do presente anexo, multiplicada por 3	45%

As propostas dos concorrentes serão analisadas e avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de pontuação, calculada de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{Pontuação Final} = P \times 15\% + ET \times 40\% + MD \times 45\%$$

Pontuação final arredondada a 2 casas decimais.

#### 1. Preço

O fator Preço será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Preço} = \frac{\text{Preço Base} - \text{Preço da Proposta}}{\text{Preço Base}} \times 30$$

#### 2. Equipa técnica

Para efeitos de avaliação da equipa técnica, serão avaliados os currícula de cada um dos elementos indicados para cada uma das áreas, com obrigatoriedade de dedicação à produção

do RED em causa de, pelo menos, 70 horas mensais. Elementos com alocação ao projeto de menos de 70 horas mensais, não serão contabilizados para efeito de avaliação da proposta.

Formação académica e experiência do Gestor/Especialista	Pontuação					
	Gestor de Projeto	Área A	Área B	Área C	Área D	Área E
Licenciado com experiência comprovada inferior a 3 anos				1		
Mestre com experiência comprovada inferior a 3 anos				2		
Licenciado com experiência comprovada de 3 a 5 anos				3		
Mestre com experiência comprovada de 3 a 5 anos				4		
Licenciado com experiência comprovada superior a 5 anos				5		
Mestre com experiência comprovada superior a 5 anos				7		
Doutorado com experiência comprovada inferior a 3 anos				10		
Doutorado com experiência comprovada de 3 a 5 anos				12		
Doutorado com experiência comprovada superior a 5 anos				15		

Área A: científica no tema do RED

Área B: didática no tema do RED

Área C: desenho de ilustração e design gráfico

Área D: produção multimédia

Área E: programação e produção de recursos digitais

Cada elemento da equipa técnica será avaliado de acordo com a tabela supra, correspondendo a pontuação final a média aritmética das pontuações atribuídas a cada elemento da equipa avaliado.

### 3. Memória descritiva do RED “Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta”

Para efeitos de avaliação da memória descritiva do RED, serão considerados os seguintes atributos que constam nas tabelas (Tabela 1 e Tabela 2):

#### a) Avaliação do conteúdo

Atributos a avaliar na memória descritiva	Pontuação			
	Previsto*	Previsto e descrito*	Previsto e fundamentado*	Previsto, descrito e fundamentado*
A. Desenhado e configurado atendendo a todas as AE elencadas nos pontos F e G da parte II do caderno de encargos	2	4	6	10
B. Disponibilização de conteúdos em diversos formatos (áudio, vídeo, animações, imagens, gráficos, texto), que mais se adequem à temática/didática	1	3	4	6
C. Apresentação de desafios para serem desenvolvidos individualmente ou em grupo, no ecrã ou fora do ecrã.	1	3	4	6
D. Apresentação de mecanismos de <i>feedback</i> , adequados às faixas etárias dos utilizadores.	1	3	4	6
E. Incorporação de etapas instrucionais intermediárias e orientações que permitam que os alunos realizem tarefas e/ou compreendam novos conceitos.	1	2	3	5

F. Incorporação de simulações de aparelhos científicos e de investigação associados a disciplinas ou áreas disciplinares e interdisciplinares que exigem a realização de simulações, análise de dados e manipulação de variáveis.		1	3	4	6
G. Incorporação de:	- Calculadoras científicas	1	2	3	4
	- Visitas virtuais	1	2	3	4
	- Animações 2D / 3D	1	2	3	4
	- Filmes educativos	1	2	3	4
	- Tutoriais	1	2	3	4
	- Apresentações multimédia	1	2	3	4
	- Mapas mentais	1	2	3	4
	- Mapas interativos	1	2	3	4
	- Ilustrações interativas	1	2	3	4
	- Simulações interativas	1	2	3	4
	- Elementos de gamificação	1	2	3	4
	- Testes e verificações	1	2	3	5
H. Disponibilização de jogos educativos, adequados à temática permitindo a consolidação dos conceitos.		1	3	4	6

I. Incorporação do guião pedagógico de utilização para alunos.	1	3	4	6
--	---	---	---	---

Tabela 1: Atributos de avaliação

\*Legenda da Tabela 1

Previsto - A memória descritiva prevê a inclusão dos elementos;

Previsto e descrito - A memória descritiva prevê a inclusão dos elementos e descreve-os;

Previsto e fundamentado - A memória descritiva prevê a inclusão dos elementos, fundamentando-os nas principais teorias da aprendizagem existentes, consubstanciados em bases didáticas sólidas, específicas das disciplinas envolvidas;

Previsto, descrito e fundamentado - A memória descritiva prevê a inclusão dos elementos, descreve-os e fundamenta-os nas principais teorias da aprendizagem existentes, consubstanciados em bases didáticas sólidas, específicas das disciplinas envolvidas.

A falta de previsão na proposta dos elementos referidos nos pontos de A. a I. determinam a sua exclusão.

A memória descritiva do RED é avaliada de acordo com a tabela supra, correspondendo a pontuação final a média aritmética de todos os elementos da tabela, multiplicado por 3 (três).

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

# Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

## Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

### Informações sobre a publicação

Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

**Número do aviso recebido**

-

**Número do anúncio no índice do JO:**

-

**URL do JO**

**Jornal Oficial Nacional**

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

### Identidade do adquirente

**Nome oficial:**

Direção-Geral da Educação

**País:**

Portugal

### Informações sobre o procedimento de contratação

**Tipo de procedimento**

Concurso aberto

**Título:**

Produção de recursos e conteúdos educativos digitais - “Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta”

**Descrição sucinta:**

Produção de recursos e conteúdos educativos digitais - “Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta”

**Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):**

CPI/04/DGE/2022 - PREDEP 35663/2022 (PROC. 4586/2022)

## **Parte II: Informações sobre o operador económico**

### **A: Informações sobre o operador económico**

**Nome:**

-

**Rua e número:**

-

**Código postal:**

-

**Localidade:**

-

**País:**

---

**Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):**

-

**Correio eletrónico:**

-

**Telefone:**

-

**Pessoa ou pessoas a contactar:**

-

**Número de IVA, se aplicável:**

-

**Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável**

-

**O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?**

Sim

Não

**Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional,**

**uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?**

- Sim
- Não

**Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?**

-

**Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados**

-

---

**Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?**

- Sim
- Não

- Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

**a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:**

-

**b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:**

-

**c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:**

-

**d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?**

- Sim
- Não

- Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

**e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?**

- Sim
- Não

**Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:**

-

---

**O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?**

- Sim
- Não

- Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

**a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):**

-

**b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:**

-

**c) Nome do grupo participante, se aplicável:**

-

---

**Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:**

-

**B: Informações sobre os representantes do operador económico #1**

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

**Nome próprio**

-

**Apelido**

-

**Data de nascimento**

-

**Local de nascimento**

-

**Rua e número:**

-

**Código postal:**

-

**Localidade:**

-

**País:**

---

**Correio eletrónico:**

-

**Telefone:**

-

**Cargo/Agindo na qualidade de:**

-

**Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):**

-

### **C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades**

**O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?**

Sim

Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

#### **D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer**

- (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

#### **O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?**

- Sim
- Não

**Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:**

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

### **Parte III: Motivos de exclusão**

#### **A: Motivos relacionados com condenações penais**

**O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:**

**Participação numa organização criminosa**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Corrupção**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme

definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Fraude**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu

e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

## **B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social**

**O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:**

### **Pagamento de impostos**

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

### **País ou Estado-Membro em causa**

---

### **Montante em causa**

-

---

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

Sim

Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

Sim

Não

### **Queira indicar a data da condenação ou da decisão**

-

**Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão**

-

**Queira descrever os meios utilizados**

-  
O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-  
**Código**

-  
**Emitente**

-  
**Pagamento de contribuições para a segurança social**

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

**País ou Estado-Membro em causa**

---  
**Montante em causa**

-  
---  
Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- Sim
- Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- Sim
- Não

**Queira indicar a data da condenação ou da decisão**

-

**Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão**

-

**Queira descrever os meios utilizados**

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional**

**O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:**

**Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Violação das obrigações no domínio da legislação social**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Violação das obrigações no domínio da legislação laboral**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Falência**

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.**

-

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Insolvência**

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.**

-

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Acordo com os credores**

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.**

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional**

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.**

-

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

### **Ativos sob gestão por um liquidatário**

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

### **Queira descrever essas medidas**

-

**Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.**

-

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

### **URL**

-

### **Código**

-

### **Emitente**

-

### **Atividades suspensas**

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

### **Queira descrever essas medidas**

-

**Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer**

**possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.**

-

---

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

**URL**

-

**Código**

-

**Emitente**

-

**Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência**

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Falta grave em matéria profissional**

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

**Queira descrever essas medidas**

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação**

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação**

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

**Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis**

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

**Queira descrever essas medidas**

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

### **Queira descrever essas medidas**

-

### **Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento**

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

## **Parte IV: Critérios de seleção**

### **Terminar**

### **Parte VI: Declarações finais**

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

- a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade

ou organismo emitente, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I.

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

**Data**

-

**Local**

-

**Assinatura**